



MEMÓRIA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

DATA: 29/06/2009

HORÁRIO: 13:30 as 18:00

LOCAL: Sala de Reuniões da SETP (5º andar) – Curitiba/PR

Participantes

Membros:

SETP	COGEMAS
Carmen Cristina Zadra	Joaquim Guilherme da Silva Filho
Denise R. Arruda Colin	Léo Inácio Anschau
Jucimeri Isolda Silveira	Márcia Mazzarotto
Solange Fernandes	

Representantes da Secretaria Técnica:

Ana Carolina K. Bittencourt
Kelli Regina Albanese
Rosely Lemos
Sionara de Paula

Demais participantes:

Ana Paula Gerent
Carla de Souza
Débora G. Da Rosa
Gabriela Luciano
Helena N. Gimenez
Keity F. da Cruz
Laura Gorski
Letícia Raymundo
Paulo Eduardo S. Da Silva
Rosana A Dias de Macedo
Sandra Mancino
Silvane Vaz de Siqueira
Walber Martins de Paula

Aprovação da pauta da reunião:

- Aprovação da memória da reunião da CIB de 29/04/09;
- Apresentação do quadro de habilitação e análise dos pareceres dos processos;
- Monitoramento dos municípios habilitados com condicionalidade: repasse e pactuação das informações técnicas dos Escritórios Regionais;
- Planos de Providências: repasse dos encaminhamentos relativos aos municípios de Astorga, Araruna, Fazenda Rio Grande e Foz do Iguaçu; avaliação do cumprimento dos planos e respectivos prazos estabelecidos aos municípios com pendência identificada no Censo CRAS 2007;
- Apresentação do Plano de Monitoramento e Habilitação: propostas para ampliação do número de municípios habilitados em gestão básica e plena no Paraná;
- Apresentação dos dados do levantamento do CadUnico / Celepar;
- Apresentação do Plano de Ação do IGD-E 2009;
- Apresentação e pactuação de critérios para co-financiamento estadual para construção de CRAS;
- Monitoramento CREAS.

Informes:

- Encontro ProJovem Adolescente: 13 a 15/05/09;
- Encontros com Prefeitos;
- Nova composição CIB/PR.

– **Aprovação da pauta da reunião:**

Denise Colin, coordenadora da CIB, agradece a presença de todos confirmando o quorum mínimo, e informa que o item “Apresentação dos dados do levantamento do CadUnico / Celepar” será o primeiro a ser discutido como combinado na última reunião.

Em decisão conjunta com Márcia Mazzarotto, representante do COGEMAS, é indicado que se acrescente o item “Tipificação de serviços socioassistenciais”, pois como foi informado aos membros por correio eletrônico, o prazo final para encaminhamento ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS é 01/07/2009. Deste modo, a sistematização das contribuições será realizada até o dia 30/06/2009. Denise Colin questiona se há mais algum ponto de pauta a ser incluído, revisado ou retirado. Márcia Mazzarotto solicita que o item “Plano de Habilitação de Paranaguá” seja incluído. Sem mais acréscimos, a pauta é aprovada.

- **Nova composição CIB/PR:**

Denise Colin comunica que Kellen Cristina Dalcin, Secretária Técnica da CIB/PR, e Renata Mareziuzek dos Santos, técnica responsável pelos instrumentos de gestão, ambas membros da Secretaria Técnica da CIB, representantes da SETP/PR, assumiram os concursos públicos que haviam passado como assistentes sociais: Kellen na Petrobrás e Renata na Prefeitura Municipal de Curitiba. Assim, as funções foram assumidas respectivamente pela assistente social Kelli Regina Albanese que já trabalha na SETP, especificamente na CDI acompanhando as instâncias do SUAS, e a assistente social Carla de Souza, que foi estagiária da Coordenadoria de Apoio à Gestão Municipal da Política de Assistência Social – CGM, a qual assume o Sistema de Informação, Monitoramento e Avaliação.

As funções da técnica Kelli foram assumidas pela assistente social Helena N. Gimenez, que também foi estagiária da CGM e do NUCLEAS.

A Resolução atualizada será repassada na próxima reunião.

– **Apresentação dos dados do levantamento do CadUnico / Celepar;**

Denise Colin informa que a Secretaria solicitou uma parceria entre a Companhia de Informática do Paraná – Celepar e o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES para a elaboração de uma ferramenta informacional que viabilizasse o cruzamento de informações constantes no CadÚnico. Assim, foram selecionados 24(vinte e quatro) indicadores sociais para entrarem neste detalhamento, que podem ser visualizados por município e por região, sendo possível um comparativo dos dados no Estado. Pactuada essa parceria, o IPARDES prestará auxílio na leitura e interpretação das informações, e a atualização dos dados será realizada a cada quatro meses, conforme acerto com a CEF.

Há discussão no Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS, CIB e IPARDES para que haja inclusão de novos indicadores sociais neste detalhamento. O controle destes dados servirá como instrumento de monitoramento e acompanhamento do CadÚnico, além do levantamento de informações para elaboração, planejamento e execução da política pública de Assistência Social com seus respectivos serviços, programas, projetos, além dos demais setores, como saúde, habitação, educação, etc.

Paulo Roberto M. Gomes Junior, analista responsável pelo projeto CAD/Único na Celepar, faz uma apresentação esclarecendo o que é a ferramenta e seu funcionamento básico. O objetivo do Cadastro Único Georreferenciado é disponibilizar informações para avaliação das condições de vida e de trabalho da população paranaense de baixa renda, beneficiada pelos programas sociais implantados pelos Governos Federal, Estadual e Municipais.

Os **temas** são compostos por indicadores sociais:

- **Condições de moradia**, abrange: abastecimento de água; densidade habitacional; estabelecimentos de saúde; saneamento de esgoto; situação de domicílio; tipo de habitação e tratamento de lixo;
- **Densidade demográfica**, abrange: população do Censo IBGE/2000; população do Censo IBGE/2007; população cadastrada geral no Cadastro Único e população cadastrada por faixa etária;
- **Desenvolvimento educacional**, abrange: população analfabeta; população alfabetizada e população alfabetizada por faixa etária;
- **Distribuição de renda**, abrange: famílias abaixo da linha de pobreza; famílias na linha de pobreza e famílias acima da linha de pobreza;
- **População idosa**, abrange: população idosa cadastrada;

- **Situação no mercado de trabalho**, abrange: população em idade de trabalho; população empregada por tipo de emprego e por faixa etária; população desempregada; aposentados e pensionistas; pessoas com necessidades especiais; condição profissional e situação no mercado de trabalho.

O programa é composto por (02)dois módulos:

- **Aplicação CAD/Único:** é uma interface de acesso ao módulo Cadastro Único Georreferenciado. Sua função é permitir a manutenção de usuários e o acesso ao módulo do Cadastro Único Georreferenciado.

- **Aplicação Geo-CAD/Único:** é o Cadastro Único Georreferenciado, propriamente dito. Sua função é expor os dados dos indicadores sociais em formato tabulado através da seleção do município ou da região desejada no mapa do estado do Paraná. A ferramenta é composta pelos seguintes componentes e funcionalidades:

- Mapa do estado do Paraná;
 - Barra de Ferramentas;
 - Quadro de temas (para seleção de indicadores sociais);
 - Quadro de entrada;
 - Legenda;
 - Quadro de consulta.

O sistema está sendo ajustado e quando finalizado será disponibilizado para os municípios na página da SETP (previsão para final de julho/começo de agosto – em negociação com a CELEPAR). Também, será realizado um curso de capacitação para os técnicos dos Escritórios Regionais e convidados os membros do COGEMAS (previsão para meados de outubro, após a Conferência Estadual de Assistência Social), os quais serão responsáveis pela divulgação desta ferramenta/banco de dados para as equipes dos municípios.

- **Aprovação da memória da reunião da CIB de 29/04/09;**

A aprovação da memória da reunião da CIB de 29/04/09 foi transferida para a próxima reunião, tendo em vista, que esta não havia sido enviada.

Apresentação do quadro de habilitação e análise dos pareceres dos processos;

A Secretária Técnica da CIB, Kelli R. Albanese, informa que no período de 30 de abril a 24 de junho foram analisados (03)três processos de habilitação e apresenta a análise com relação a cada um dos pleitos, conforme o quadro abaixo:

Escritório Regional	Município	Situação	Análise da Secretaria Técnica
Ivaiporã	Jardim Alegre	Pleito à Gestão Básica	Habilitado
Maringá	Lobato	Pleito à Gestão Básica	Habilitado c/ condicionalidade
União da Vitória	União da Vitória	Pleito à Gestão Básica	Indeferido

Quanto ao município de Jardim Alegre, ela registrou que o processo de habilitação já havia sido encaminhado a CIB, foi discutido na reunião de 16 de dezembro de 2008, e as orientações foram encaminhadas. Este retornou reordenado e a Secretaria Técnica sugere a habilitação do município à gestão básica.

Quanto ao município de Lobato, constata que este ainda apresenta uma inadequação na composição da equipe técnica do CRAS, porém, o município informou que aguarda a realização de um concurso público (já tem edital) para adequação. Assim, Denise Colin reafirma a sugestão de habilitação com condicionalidade, com os mesmos prazos e procedimentos adotados com outros municípios na mesma situação.

Quanto ao município de União da Vitória, a Secretária Técnica informa que o processo de habilitação foi indeferido devido várias inadequações presentes: Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS; publicação de nomeação da atual composição do CMAS; Lei de Criação do Conselho Tutelar; Lei Orçamentária Anual; Balancete do FMAS; Resolução do CMAS que aprova a prestação de contas do ano anterior; descrição do CRAS; e a declaração do gestor municipal aprovada pelo CMAS que comprove a existência do atendimento do BPC. Dessa forma, será elaborado memorando descrevendo as inadequações e encaminhado ao Escritório Regional responsável, para comunicação ao município de União da Vitória.

Sandra Mancino, representante do Ministério Público, solicita que o memorando também seja encaminhado ao Ministério Público para que este possa oferecer apoio técnico ao município. Jucimeri Isolda Silveira, representante da SETP, sugere a discussão da solicitação realizada por Sandra Mancino, justificando que os procedimentos e o fluxo do plano de monitoramento, avaliação e habilitação devem ser padrão: se um município

recebe apoio técnico do Ministério público, todos devem receber. Após discussão, foi pactuado que será acrescentado no fluxo do Plano de Monitoramento, Avaliação e Habilitação, que todos os municípios que apresentam muitas inadequações e dificuldade de reordenamento na gestão municipal, terão apoio técnico do Ministério Público.

Os encaminhamentos sugeridos pela Secretaria Técnica, referente aos processos de habilitação dos municípios do quadro supracitado, foram pactuados pela CIB.

- **Monitoramento dos municípios habilitados com condicionalidade: repasse e pactuação das informações técnicas dos Escritórios Regionais;**

Kelli Albanese expõe que os municípios que foram habilitados com condicionalidade são: Nova Esperança do Sudoeste (inadequações no espaço físico do CRAS); Prudentópolis (inadequações na composição de equipe técnica do CRAS); Lidianópolis (inadequações no espaço físico do CRAS); Pitanga (inadequações na composição da equipe técnica, falta de acessibilidade e horário de funcionamento do CRAS); e Paiçandu (inadequações na composição da equipe técnica, falta de acessibilidade e descrição das atividades do CRAS).

O município de Paiçandu não reordenou a equipe técnica do CRAS, e assim terá o processo de desabilitação iniciado.

Nos demais municípios, os Escritórios Regionais realizaram visita de monitoramento e constataram que estes cumpriram o reordenamento das pendências dentro do prazo estipulado de seis meses. Assim serão elaboradas resoluções para manutenção das habilitações.

A Secretária Técnica ainda informa que os municípios que estão em processo de desabilitação são:

- **Arapongas:** possuía inadequações na equipe técnica do CRAS, as quais não foram reordenadas; o município solicita dilatação de prazo;
- **Pinhão:** possuía inadequações na equipe técnica do CRAS e tem previsão para realização de concurso público em outubro (já tem edital); o município solicita que o prazo se estenda até o mês de outubro;
- **Castro:** possuía inadequações nas equipes técnicas dos (02)dois CRAS que já foram reordenadas; o Escritório Regional realizou visita e confirmou a informação. Desta forma, sugere-se que o processo de desabilitação seja encerrado.

O pedido de flexibilização do prazo dos municípios de Arapongas e Pinhão foi aceito, utilizando como parâmetro o período que será estipulado pela CIT, na prorrogação do prazo constante na Resolução nº 006/08. Caso este prazo seja coerente e viável com os casos citados acima será parâmetro para as próximas análises dos processos e procedimentos. Caso contrário, será discutido novamente na próxima reunião.

- Planos de Providências: repasse dos encaminhamentos relativos aos municípios de Astorga, Araruna, Fazenda Rio Grande e Foz do Iguaçu; avaliação do cumprimento dos planos e respectivos prazos estabelecidos aos municípios com pendência identificada no Censo CRAS 2007;

Denise Colin informa que a visita à Foz de Iguaçu será realizada dia 09 e 10 de julho pela equipe da SETP e representações do COGEMAS e MDS. Os indicativos serão expostos na próxima reunião. Quanto à Fazenda Rio Grande, está aguardando a decisão da CIT, conforme solicitação via ofício. Referente à Astorga e Araruna, os municípios comunicaram informaram de maneira informal que já realizaram os procedimentos necessários para receber o co-financiamento federal. Foi solicitado aos (02)dois municípios a elaboração de ofícios para que se registre e legitime as informações.

Denise Colin solicitou que seja reenviado à CIT o ofício da CIB/PR que trata sobre a situação dos municípios de Astorga, Araruna e Fazenda Rio Grande.

A técnica Carla de Souza, representante da SETP, expõe que conforme a Resolução nº 006/08 da CIT, havia CRAS com situações insatisfatórias indicados no Censo CRAS, os quais seguem abaixo:

CRAS COM SITUAÇÕES INSATISFATÓRIAS					
Município	Situação Insatisfatória	Data Prevista para reordenamento		Implantação do Plano de Providências	
				Sim	Não
Araruna (R.João Ribeiro, nº 151 - Centro)	Espaço físico compartilhado com entidade socioassistencial;	Município alega que a adequação já foi solucionada em 22.01.2009 . <i>Reunião CIB: 16/12/2008</i>	Data da visita: 16/02/2009	x	
Campo Mourão I (R. Nelson B. Prado 1180)	Ausência de instalações sanitárias;	30.09.2008	Data da visita: 18/06/2009	x	
Campo Mourão II (R. Alberto Spika 104)	Ausência de salas adequadas;	30.09.2008	Data da visita: 18/06/2009	x	
Boa Vista da Aparecida (Av. Cícero Barbosa Sobrinho s/n)	Ausência de instalações sanitárias; Ausência de salas adequadas;	31.05.2009 <i>reunião da CIB: 28/10/2008</i>	Data da visita: 22/06/09	x	
Corbélia (R. Amor Perfeito 1616)	Ausência de instalações sanitárias;	30.10.2008 <i>Reunião CIB: 22/10/2008</i>	Data da visita: 05/12/2008	x	
Araucária (R. Maranhão, nº 2149 -	Presença de apenas 1 técnico com nível superior na equipe;	01.06.2009 <i>Reunião CIB: 16/12/2008</i>	Data da visita: 17/06/2009	x	

Costeira)					
Colombo (Praça Alfredo Chaves 190)	Presença de apenas 1 técnico com nível superior na equipe;	<u>01.06.2009</u> <u>reunião CIB: 28/10/2008</u>	Data da visita: 19/06/2009	x	
Fazenda Rio Grande (R. Rio Paraná 616)	Presença de apenas 1 técnico com nível superior na equipe;	<u>31.03.2009</u> <u>Reunião da CIB: 28/10/08</u>	Quadro funcional incompleto Data da visita: 18/06/2009		x
São José dos Pinhais (Estrada Campestre da faxina s/n)	Presença de apenas 1 técnico com nível superior na equipe;		Há justificativa que o equipamento é apenas uma unidade prestadora de serviço, não se caracterizando como CRAS		
Foz do Iguaçu (R.Mundaú 400)	Ausência de instalações sanitárias;	Reunião CIB: 28/10/2008			
Londrina I (Atílio Scudeles 283)	Presença de apenas 1 técnico com nível superior na equipe;	A situação foi superada em <u>Janeiro de 2008</u> , inclusive houve a mudança de endereço do CRAS;	Data da visita: 18/06/2009	x	
Londrina II (R.Alivercino Marçal 55)	Presença de apenas 1 técnico com nível superior na equipe;	<u>01.06.2009</u>	Data da visita: 23/06/2009	x	
Londrina (Av. São João, 31)	Presença de apenas 1 técnico com nível superior na equipe;	<u>01.06.2009</u>	Data da visita: 25/06/2009	x	
Londrina (R. General Osório 399)	Presença de apenas 1 técnico com nível superior na equipe;	<u>01.06.2009</u>	Data da visita: 23/06/2009	x	
Maringá (R. Santos Dumont 3071)	Ausência de salas adequadas;		Há justificativa que o CRAS tem o espaço apropriado, porém houve erro no preenchimento da Ficha de Monitoramento.	x	
Castro I (R. Blumenau s/n)	Presença de apenas 1 técnico com nível superior na equipe;	<u>01.06.2009</u> <u>Reunião CIB: 28/10/2008</u>	Tem previsão para readequar o CRAS no município somente em 2011		x
Castro II (R. Humberto Mendes do Prado 118)	Presença de apenas 1 técnico com nível superior na equipe;	<u>01.06.2009</u> <u>Reunião CIB: 28/10/2008</u>	Data visita: 18/06/2009	x	

Denise Colin ressalta que a CIB tem orientado os municípios a reordenarem o número de CRAS, sua estrutura e funcionamento de acordo com os critérios previstos na NOB/SUAS e NOB/RH. Os Escritórios Regionais devem registrar aqueles que insistirem na permanência de inadequações.

Letícia Raymundo, representante da Prefeitura Municipal de Curitiba, sugere que a composição da equipe técnica seja condizente com as demandas do município, expandindo a viabilização dos serviços. Coloca que seria necessária uma discussão mais aprofundada dessa proposta, podendo desencadear uma outra modalidade de CRAS, aumentando o número de equipamentos e estruturas exigidas pela NOB/SUAS.

Denise Colin acrescenta que as orientações pactuadas serão mantidas e que as sugestões de Letícia Raymundo serão pautadas para próxima reunião, ou, caso necessário, será agendado uma reunião de Câmara Técnica para discussão.

– **Instrumentos de Gestão (Relatório de Gestão e Plano Municipal de Assistência Social – PMAS);**

Referente ao preenchimento do Relatório de Gestão, Carla de Souza expôs que 43 municípios não finalizaram o preenchimento do instrumento, 352 finalizaram e 04 não iniciaram o processo. No que tange ao preenchimento do Plano Municipal de Assistência Social, 25 municípios não finalizaram, 371 finalizaram e 03 não iniciaram o preenchimento. Segue abaixo tabela com os municípios citados:

Relatório de Gestão - Municípios			
Escritórios Regionais	NÃO FINALIZARAM	FINALIZARAM	NÃO INICIARAM
Campo Mourão	06 Campo Mourão, Farol, Quinta do Sol, Ubiratã, Terra Boa e Juranda	18	01 Moreira Sales
Cascavel	05 Boa Vista da Aparecida, Braganey, Iguatu, Maripá, Matelândia	29	
Cianorte		11	
Cornélio Procopio	02 Nova América da Colina, Rancho Alegre	21	
Curitiba	02 Cerro Azul, Colombo	33	01 Itaperuçu
Foz do Iguaçu	03 Itaipulândia, Missal, Santa Terezinha do Itaipu	11	
Francisco Beltrão	01 São Jorge do Oeste	26	
Guarapuava	03 Candói, Palmital, Quedas do Iguaçu	18	
Irati	01 Rio Azul	08	
Ivaiporã	03 Jardim Alegre, Manoel Ribas, Rio Branco do Ivaí	19	
Jacarezinho	03 Guapirama, Ribeirão Claro, Salto do Itararé	18	01 Curiúva
Londrina	01 Kaloré	30	
Maringá	04 Ângulo, Ivatuba, Marialva, Sarandi	25	
Paranavaí	01 Santa Izabel do Ivaí	27	01 Paranavaí
Pato Branco	03 Clevelândia, Saudade do Iguaçu, Vitorino	12	
Ponta Grossa	05 Arapoti, Ipiranga, Jaguariaíva, São João do Triunfo, Tibagi	13	
Umuarama		23	
União da Vitória		09	

Escritórios Regionais	Plano Municipal de Assistência Social - Municípios
Campo Mourão	Farol, Fenix, (não finalizaram) e Moreira Sales, Ubiratã (não iniciaram)
Cascavel	Braganey, Iguatu, Maripá (não finalizaram)
Cianorte	Todos finalizaram
Cornélio Procopio	Rancho Alegre (não finalizou)
Curitiba	Cerro Azul, Colombo, Itaperuçu (não finalizaram)
Foz do Iguaçu	Missal, Santa Terezinha do Itaipu (não finalizaram)
Francisco Beltrão	São Jorge do Oeste (não finalizou)
Guarapuava	Palmital (não iniciou)
Irati	Todos finalizaram
Ivaiporã	Manoel Ribas, Rio Branco do Ivaí (não finalizaram)
Jacarezinho	Salto do Itararé (não finalizaram)
Londrina	Todos finalizaram
Maringá	Ângulo, Marialva, Nossa Senhora das Graças, Sarandi (em preenchimento)
Paranavaí	Todos finalizaram
Pato Branco	Clevelândia, Saudade do Iguaçu, Vitorino (não finalizaram)
Ponta Grossa	Jaguariaíva, São João do Triunfo (não finalizaram)
Umuarama	Todos finalizaram
União da Vitória	Todos finalizaram

Denise Colin relata que a justificativa mais incidente sobre a falta de preenchimento é ausência de equipe técnica responsável pelos instrumentos de gestão. Os municípios estão solicitando prorrogação dos prazos e assim, foi exposto o cronograma com novos prazos, o qual foi pactuado.

– Apresentação do Plano de Monitoramento, Avaliação e Habilitação: propostas para ampliação do número de municípios habilitados em gestão básica e plena no Paraná;

Jucimeri Isolda Silveira, representante da SETP, apresenta a publicação do “*Guia de Orientação: Habilitação Municipal à Gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS*” que consiste em um material de apoio técnico aos Escritórios Regionais para assessoramento junto aos municípios.

Referente ao Plano de Monitoramento, Avaliação e Habilitação, Jucimeri expôs que é função dos Escritórios Regionais disponibilizar apoio aos municípios habilitados à gestão do SUAS, e garantir sua manutenção. É importante e necessário fazer uso dos instrumentos de gestão, dos aplicativos federais e estaduais, da rede SUAS, da rede de monitoramento de serviços e do sistema estadual de informação para conhecer e intervir no município, além da observação contínua do funcionamento dos serviços e instâncias. Deve-se orientar os municípios conforme a NOB/SUAS e NOB/RH para realizarem as adequações necessárias, e criarem instrumentos de acompanhamento (pareceres e relatórios) que devem ser disponibilizados para os municípios e para a SETP/Sede.

Ressalta-se que os Escritórios Regionais devem ser compostos por equipes técnicas qualificadas e comprometidas, visando facilitar, ampliar e legitimar o processo de habilitação à gestão do SUAS.

Joaquim Guilherme da Silva Filho, representante do COGEMAS, colocou a situação do município de Paranaguá, o qual está habilitado em gestão inicial, possui 01(um) CRAS, irá inaugurar mais 01(um) e 01(um) CREAS. Expôs sobre o monitoramento realizado no município, e questiona se há alguma instância de recurso, caso o município discorde do parecer do Escritório Regional.

Jucimeri aponta que já discute-se a criação de uma instância de apoio que acompanhe a atuação dos técnicos dos Escritórios Regionais, para que as orientações e procedimentos sejam uniformes para todos os municípios. Ressaltando a importância da atuação dos Escritórios Regionais junto aos municípios no processo de habilitação, visto que a maioria dos indeferimentos são resultantes da falta de informação dos municípios que enviam processos incompletos, confundem nomenclatura de documentos, entre outros detalhes simples. Coloca, ainda, que a prioridade para monitoramento e habilitação serão os municípios em gestão inicial, o que contemplaria o município de Paranaguá.

- **Apresentação do Plano de Ação do IGD-E 2009;**

Carmen Cristina Zadra apresentou o Plano de Ação do Índice de Gestão Descentralizada Estadual, referente à gestão do Programa Bolsa Família – PBF, e o mesmo foi pactuado conforme segue:

Programa Bolsa Família - PLANO DE AÇÃO PARANÁ 2009 - Com Valores Previstos

Ação	Atividades	Critérios	Resultados	Meta	R\$
1. Capacitações que subsidiem os municípios na gestão do programa	1.1 Capacitação Operadores Municipais	Operadores novos/sem capacitação com parceria GISES-CT.	Operadores capacitados nos sistemas operacionais do PBF	*264 municípios que tiveram alteração de gestor/operador municipal	62.916,00
	1.2 Seminários Macroregionais com gestores da Assistência Social, Saúde e Educação, além dos Coordenadores e Operadores municipais do Programa Bolsa Família.	Participação do MDS/SENARC-Ministérios da Saúde e Educação, GISES-CT, Controladoria Geral da União - CGU	Conhecimento do gestão do Programa no contexto do SUAS e responsabilidade relativa a Adesão Municipal	399 municípios	200.000,00
		Participação de representantes das 3 (três) políticas e 1 Coordenador e 1 operador por município.	Elaboração, publicação/impressão de materiais que subsidiem os trabalhos.		
		Oficina para implementação das Ações Complementares - priorizando para o ano os municípios com populações tradicionais, territórios da cidadania e Centro Expandido do Estado.			
1.3 Seminários e capacitações para acompanhamento das condicionalidades do PBF na Educação e na Saúde.	Municípios com maiores dificuldades no cumprimento das condicionalidades	Superação das dificuldades apresentadas.	80 municípios para política saúde e 399 municípios para política educação, com total de 479 municípios.	R\$ 200.000,00	
2) Ações de Apoio técnico aos municípios	2.1 Ação Integrada em 3 regiões do Estado com maiores índices de inserção de crianças e adolescentes no trabalho precoce	Ação Integrada PETI/PBF	Municípios Orientados quanto ao combate ao trabalho infantil integração com o PBF e implantação das ações socioeducativas.	3 Regiões do Estado (que abrangem 66 municípios)	1ª Ação em Foz 24 a 26 de março de 2009 - 7.622,00
		Participação do M.T.E./SRTE, Secretarias Estaduais da Educação, da Criança e Juventude e Saúde.			As 2 restantes (Umarama e Maringá) - 11.000,00
	2.2 Visitas Técnicas aos municípios e Fóruns regionais e municipais	Dificuldades na implementação do programa	Aperfeiçoamento e superação das dificuldades apresentadas.	50 municípios	20.000,00
Demandas de Assessoramento Técnico					
2.3 Visitas técnicas aos 18 Escritórios Regionais e/ou Reuniões Técnicas	Atualização e normatização de informações aos técnicos dos Escritórios Regionais	Aprimoramento da gestão do programa junto aos técnicos municipais	18 Escritórios Regionais	20.000,00	
3) Implementação de estratégias para acesso das populações tradicionais ao Cadastro Único	3.1 Pesquisa para identificação e orientação aos municípios	Parceria com Instituições de ensino superior	Cadastro e Documentação Civil das populações tradicionais	90 municípios	90.000,00 Mais 90.000,00. Total da Ação 180.000,00
			Elaboração e produção de material com as análises, resultados e recomendações.		
3.2 Pesquisa para mapear as ações sócio-educativas no Estado a partir da realidade dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS	Municípios que atendem o público -alvo dos Programas Bolsa Família, de Erradicação do Trabalho Infantil e Pró-Jovem Adolescente.	Produzir documentário que retrate os limites e possibilidades das ações sócio-educativas no Estado do Paraná.	232 municípios (323 CRAS)	61.054,00	
		Analisar e sistematizar informações qualitativas e quantitativas sobre as ações sócio-educativas em diferentes dimensões, como: concepção; qualidade; frequência das ações; metodologias de trabalho; articulações com a rede sócioassistencial de proteção social básica; impacto na realidade das famílias referenciadas no âmbito dos CRAS nas diferentes regiões do Paraná.			

*Tínhamos planejado 200 municípios iremos realizar com 264 municípios.

**Valores e informações em destaque azul pagamento com IGDE 2008, cujo saldo em 31/12/2008 é de 355.000,00, além de restos a pagar no valor de 61.550,00.

***Valores sem destaque serão com recursos IGDE 2009

– **Apresentação e pactuação de critérios para co-financiamento estadual para construção de CRAS;**

Denise Colin apresentou os critérios de partilha de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS para cofinanciamento estadual de CRAS para o biênio 2009/2010, conforme segue:

Critério 1) municípios do Centro Expandido cuja Resolução já foi aprovada pelo CEAS em 2008;

Critério 2) municípios com Comunidades Tradicionais (indígenas e quilombolas) que integram o Plano Estadual;

Critério 3) municípios que preencheram o Censo CRAS e cuja situação do imóvel se localiza em espaço cedido ou alugado;

Critério 4) municípios em gestão inicial, hierarquizados por meio do indicador de taxa de pobreza, que se comprometerem a implantar o serviço via Termo de Compromisso.

Após acréscimo no critério 4, do compromisso dos gestores em implantar os serviços a serem prestados no CRAS e de proceder a habilitação do SUAS, os critérios foram pactuados pelos membros.

- **Monitoramento CREAS;**

Rosely Lemos, representante da SETP, expôs sobre o processo de monitoramento dos CREAS, o qual terá o mesmo procedimento do Censo CRAS.

Informa que o Censo CREAS 2008 mostrou a ocorrência de situações incompatíveis com as diretrizes normativas do SUAS, e situações insatisfatórias quanto ao padrão mínimo necessário para o desenvolvimento dos serviços da proteção social especial no âmbito do CREAS. A resolução nº 003/09 da CIT define os prazos, procedimentos e as competências dos entes federados para o acompanhamento e superação das situações.

Coloca que conforme a resolução citada acima, os municípios devem sanar as situações incompatíveis até 31/08/2009 e apresentar Plano de Providências até 25/09/2009, o qual deverá ser executado até 30/11/2009. O Estado deverá acompanhar, realizar visitas e sistematizar as informações obtidas no processo de monitoramento dos municípios e registrá-las até 30/09/2009.

Informes:**- Encontro ProJovem Adolescente: 13 a 15/05/09;**

A Capacitação Nacional de Agentes Multiplicadores do ProJovem Adolescente 2009 – Ciclo II, realizou-se em Curitiba no Hotel Paraná Suíte, agregando responsáveis pela gestão do Programa nos municípios, bem como técnicos dos Escritórios Regionais e da SETP/Sede, totalizando 214 participantes.

- Encontros com Prefeitos;

Ainda estão pendentes a realização dos Encontros com Prefeitos das regionais de Curitiba e União da Vitória. Assim que se obter a reprogramação maiores informações, serão repassadas.